KUAB: REVISTA ELETRÔNICA
ISSN 2966-327x

(AUTO)EMANCIPAÇÃO E (RE)PRODUÇÃO SOCIAL: UM ENSAIO SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE TRABALHO E EDUCAÇÃO DAS MULHERES

(SELF-)EMANCIPATION AND SOCIAL (RE)PRODUCTION: AN ESSAY ON THE RELATIONSHIP BETWEEN WOMEN'S WORK AND EDUCATION

(AUTO)EMANCIPACIÓN Y (RE)PRODUCCIÓN SOCIAL: UN ENSAYO SOBRE LA RELACIÓN ENTRE TRABAJO Y EDUCACIÓN DE LAS MUJERES

Hosana Hoelz Ploia [1]

Cheron Zanini Moretti [2]

Resumo

Tem-se como objetivo problematizar as categorias de emancipação e de reprodução social a partir das relações entre o trabalho e a educação das mulheres. Para tanto, estabeleceu-se três premissas: 1) a emancipação implica em auto emancipação; 2) a realidade é tanto objetiva quanto subjetiva; e, 3) a experiência é o resultado da interação entre o ser social e a consciência social. A abordagem teórico-epistemológica deste ensaio parte do marxismo crítico e da teoria da reprodução social, sendo que os princípios da contradição e da dialética mediatizam a problematização de condicionantes: as cisões entre trabalho produtivo e reprodutivo; trabalho produtivo e improdutivo; atividade remunerada e não remunerada; e, divisão social e sexual do trabalho. Entendeu-se que a (auto)emancipação é a "feitura" da/na experiência compartilhada das mulheres, assim

1 Doutoranda em Educação no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de Santa Cruz do Sul. Bolsista PROSUC/Capes, Modalidade II. Docente do Departamento de Ciências, Humanidades e Educação, Curso Superior de Tecnologia em Gastronomia da Universidade de Santa Cruz do Sul, RS.

2 Doutora em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Unisinos, RS. Docente do Departamento de Ciências, Humanidades e Educação, Curso de Pedagogia e do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de Santa Cruz do Sul, RS.

como a unidade entre a produção e reprodução da vida. Segue, portanto, o desafio histórico da superação do sistema-mundo vigente também pela unidade trabalho-educação.

Palavras-chave: Trabalho-Educação; Conscientização; Teoria da Reprodução Social; Marxismo Crítico; Feminismo.

Abstract

The aim is to problematize the categories of emancipation and social reproduction based on the relationship between women's work and education. To this end, three premises have been established: 1) emancipation implies self-emancipation; 2) reality is both objective and subjective; and 3) experience is the result of the interaction between social being and social consciousness. The theoretical and epistemological approach of this essay is based on critical Marxism and the theory of social reproduction, with the principles of contradiction and dialectics mediating the problematization of conditioning factors: the divisions between productive and reproductive work; productive and unproductive work; paid and unpaid work; and the social and sexual division of labour. It is understood that (self-)emancipation is the “making” of/in women's shared experience, as well as the unity between the production and reproduction of life. Therefore, the historical challenge of overcoming the current world-system through the unity of work and education continues.

Keywords: Work-Education; Conscientization; Social Reproduction Theory; Critical Marxism; Feminism.

Resumen

El objetivo es problematizar las categorías de emancipación y reproducción social a partir de la relación entre el trabajo y la educación de las mujeres. Para ello, se establecen tres premisas: 1) la emancipación implica la autoemancipación; 2) la realidad es tanto objetiva como subjetiva; y 3) la experiencia es el resultado de la interacción entre el ser social y la conciencia social. El abordaje teórico y epistemológico de este ensayo se basa en el marxismo crítico y en la teoría de la reproducción social, con los principios de contradicción y dialéctica mediando la problematización de los condicionantes: las divisiones entre trabajo productivo y reproductivo; trabajo productivo e improductivo;

trabajo remunerado y no remunerado; y la división social y sexual del trabajo. Se entiende que la (auto)emancipación es el “hacer” de/en la experiencia compartida de las mujeres, así como la unidad entre la producción y la reproducción de la vida. Por lo tanto, continúa el desafío histórico de superar el actual sistema-mundo a través de la unidad entre trabajo y educación.

Palabras-chave: Trabajo-Educación; Concientización; Teoría de la Reproducción Social; Marxismo Crítico; Feminismo.

1. Introdução

O presente texto possui caráter ensaístico, muito embora a sua materialidade se dê nas experiências de pesquisas[3] com as mulheres, especialmente, com as trabalhadoras rurais da região do Vale do Rio Pardo, no Rio Grande do Sul. Temos nos dedicado a investigar as experiências político-pedagógicas da Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul e da Escola Família Agrícola de Vale do Sol e, com isso, a compreender as relações entre educação do campo e educação popular de matriz freireana, a partir dos sujeitos implicados na construção cotidiana dessas escolas. Em uma das pesquisas, focamos nos saberes de cozinheiras-educadoras das duas EFAs e, mais recentemente, no trabalho como princípio educativo através de coletivos e instrumentos pedagógicos dessas mesmas escolas[4].

3 Grupo de Pesquisa-CNPq: Educação Popular, Metodologias Participativas e Estudos Decoloniais; Observatório da Educação do Campo do Vale do Rio Pardo.

4 A primeira pesquisa foi realizada para fins de obtenção de titulação de mestrado e a segunda, ainda em andamento, para a obtenção do doutorado; ambas realizadas no âmbito do Grupo de Pesquisa já mencionado. PLOIA, Hosana Hoelz. Saberes de cozinheiras-educadoras em Escolas Famílias Agrícolas do Vale do Rio Pardo/RS. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade de Santa Cruz do Sul, 166 p., 2024. Disponível em: http://hdl.handle.net/11624/3791.

As EFAs têm como principal referente a Pedagogia da Alternância que pode ser entendida como uma abordagem metodológica[5] cuja premissa é a de proporcionar a formação integral de pessoas jovens e adultas das áreas rurais, contextualizada ao meio em que se (re)produz a vida; porém, também pode ser entendida como um sistema educativo complexo e dinâmico (Gimonet, 2007, p. 17), em que se articula prática e teoria, saberes do trabalho e científicos, cuja organização do processo de ensino-aprendizagem ocorre através da alternância entre tempos-espaços distintos - os da escola e os da comunidade, ou seja, um “sistema cujos componentes, em interdependência e interação, lhe conferem a sua coerência". (Gimonet, s.d, s.p).

De acordo com Gimonet (s.d, s.p), “a formação em alternância requer uma organização, atividades e instrumentos pedagógicos específicos para articular os tempos e espaços a fim de [...] otimizar as aprendizagens" dos sujeitos alternantes. No entanto, outras investigações realizadas pelo Grupo de Pesquisa a qual integramos, questionam o lugar da experiência das mulheres na Pedagogia da Alternância, em especial o de suas vozes e de seus silêncios na relação entre trabalho-educação[6] das que participam na “organização, atividades e instrumentos pedagógicos” - estudantes, monitoras, mães, tias e avós que “se realizam” no processo formativo dos/das jovens nas Escolas Famílias Agrícolas.

Com isso, buscamos problematizar as categorias de emancipação e de reprodução social a partir das relações entre o trabalho e a educação das mulheres. Para tanto, estabelecemos algumas premissas: 1) a emancipação implica em auto emancipação[7] , uma vez que pressupõe um sujeito comprometido com a superação da realidade opressora; e, a vocação ontológica em “ser mais”; 2) o contexto histórico a ser superado é

5 A Lei 14.767/2023 autoriza a inclusão da "pedagogia da alternância" entre as metodologias das escolas do campo, alterando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/1996) para permitir que os estudantes da zona rural dividam seus meses de ensino entre aulas teóricas em sala de aula e atividades práticas no campo.

6 VERGUTZ, Cristina Luisa Bencke. Pedagogia das vozes e dos silêncios : experiências das mulheres na pedagogia da alternância da Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul - EFASC. Tese (Doutorado em Educação), Universidade de Santa Cruz do Sul, 403 p., 2021. Disponível em: https://repositorio.unisc.br/jspui/handle/11624/3112.

7 Assumimos esta forma de grafia quando o sentido do termo significa a soma de autonomia e emancipação. A grafia (auto)emancipação, por sua vez, representa a dialética dos termos.

a realidade objetiva dos sujeitos; nesse caso, as condições materiais da (re)produção da vida, a partir da experiência de ser mulher; e, 3) a experiência é o resultado da interação entre o contexto concreto e o contexto abstrato em que o ser social interpreta e se relaciona com a realidade. Por isso, “ser mulher” se trata de uma experiência compartilhada que contribui para a construção de uma consciência em comum.

A abordagem teórico-epistemológica parte do marxismo crítico e da teoria da reprodução social, sendo que os princípios da contradição e da dialética mediatizam a compreensão de condicionantes para a superação da realidade desumanizadora e alienante do que implica ser mulher no sistema-mundo. Por um lado, dialogamos com Paulo Freire e Michael Löwy; e por outro, com Tithi Bhattacharya, Cinzia Arruza e Silvia Federici para colocarmos em movimento as relações entre trabalho e educação.

2. (Auto)emancipação: da consciência ingênua à consciência crítica

Primeiramente, assume-se que, desde o marxismo crítico, “não há outra forma de emancipação autêntica que não a auto emancipação” (Löwy, 2000, p. 60). Nesta perspectiva, a emancipação é uma ação que demanda autonomia dos sujeitos, em que ninguém pode verdadeiramente libertar alguém, senão a si mesmo. Todavia, isto não significa uma negação da coletividade e sua importância para o processo de (auto)emancipar-se e a necessidade de apropriação da realidade opressora por cada sujeito, para então transformá-la, em coletivo. Para Freire (p. 1980, p. 40), “a realidade não pode ser modificada, senão quando o homem (sic) descobre que é modificável e que ele pode fazê-lo”. Nestes termos,

> é apenas através de sua própria experiência no curso de sua própria práxis revolucionária que as massas oprimidas e exploradas podem superar tanto as circunstâncias externas às quais estão acorrentadas (o capital, o Estado), como a mistificação de suas próprias consciências (Löwy, 2000, p. 125).

Dessa maneira, a emancipação é ação autônoma dos/as próprios/as oprimidos/as - no caso, é obra das mulheres. É construída por elas, tendo a leitura de mundo e a identificação das opressões como ponto de partida, perpassando pela sua experiência vivencial ao mesmo tempo que pela sua própria consciência. Para Paulo Freire "[...] a consciência é sempre, radicalmente, consciência do mundo" (1987, p. 8), ou seja, é a elaboração do/sobre mundo que provém da realidade. Todavia, a consciência manifesta-se de formas distintas e contrárias: ingênua ou crítica.

A consciência ingênua se caracteriza pela acomodação, ajustamento ou adaptação dos sujeitos, como se o ser humano estivesse alienado do mundo em que vive. Nesse sentido, está condicionado a identificar as situações a partir de sua experiência sem problematizá-las, contentando-se com a aparência dos fenômenos e explicações simplistas sobre a realidade. Por essa linha argumentativa, entendemos que a conscientização é parte significativa do processo de (auto)emancipação, uma vez que nos conscientizamos na relação entre sujeitos no mundo e com o mundo (Freire, 1981, p. 88). Nesse sentido, a (auto)emancipação demanda a transitividade da consciência ingênua para crítica, esta, por sua vez, compromissada com a transformação da realidade e a superação dos condicionamentos que a consciência ingênua apresenta (Freire, 1967). Tal integração com o mundo reverbera através da afirmação de que [...] a libertação não se dá dentro da consciência dos homens (sic), isolada do mundo, senão na práxis dos homens dentro da história que, implicando na relação consciência-mundo, envolve a consciência crítica desta relação (Freire, 1981, p. 79-80).

Quando tomamos como referência o trabalho e a educação, faz-se necessário compreender o sentido de ambos para o sistema-mundo: o primeiro, reduzido ao trabalho produtivo, e o segundo, à escolarização. A experiência das mulheres, que se faz no processo histórico-social, permite superar esta visão determinista e fatalista que concebe a escola como lugar privilegiado para a reprodução da exploração, dominação e opressão vigentes - ignorando que estão ali presentes múltiplas experiências, incluindo as de humanização e de libertação. O mesmo podemos considerar em relação ao trabalho produtivo que invisibiliza aquele que é realizado predominantemente pelas mulheres, uma

vez que a lógica da reprodução contribui tanto diretamente para o capital quanto para criar experiências comuns entre elas.

Logo, o processo de (auto)emancipação é um ato histórico, pois é feito por sujeitos apropriados do mundo ao seu redor, contrariando a expectativa do sistema-mundo que é a de “ser menos”- para usarmos uma expressão freireana. Daí que a conscientização, o “aprofundamento da tomada de consciência”, é uma ação-reflexão-ação de superação da imersão ou comodismo da consciência ingênua, para a elaboração crítica da realidade a ser transformada permanentemente (Freire, 1987, p. 193) - ou seja, a experiência deixa de ser uma vivência ou uma percepção da realidade desumanizadora e alienante para, na relação entre ser social e consciência social, se afirmar como práxis. Nesta perspectiva, a práxis ou “[...] a prática social, é unidade da teoria e da prática. É o mundo material social elaborado e organizado pelo ser humano no desenvolvimento de sua existência como ser racional” (Triviños, 2006, p. 122). Para além disso, a práxis revolucionária, compromisso do marxismo crítico, é tanto a mudança das circunstâncias – concretas, materiais – quanto a transformação das consciências, num movimento concomitante (Löwy, 2000). Nesse sentido, enquanto uma utopia ético-política, a emancipação não pode ser senão uma intervenção na realidade, possível por uma ação-reflexão-ação compromissada com a transformação estrutural. Portanto, assume-se que

> somente os seres que podem refletir sobre sua própria limitação são capazes de libertar-se desde, porém, que sua reflexão não se perca numa vaguidade descomprometida, mas se dê no exercício da ação transformadora da realidade condicionante. Desta forma, consciência de e ação sobre a realidade são inseparáveis constituintes do ato transformador (Freire, 1981, p. 53, grifos do autor).

Não somente a (auto)emancipação é um processo permanente, a conscientização, tomada crítica da realidade, também o é. Por este movimento, perpassam as experiências das mulheres com a educação e o trabalho como práticas sociais. A leitura de mundo, da realidade objetivo-concreta, é uma prática educativa essencialmente aberta à transitividade da consciência ingênua para a crítica. Ainda, de maneira semelhante à

emancipação, que só pode ser ação-reflexão-ação autônoma, a elaboração da consciência crítica é tarefa insubstituível de cada sujeito. No caso das mulheres, este processo precisa emergir autenticamente, uma vez que ninguém conscientiza, educa e emancipa a ninguém: as mulheres fazem isto em comunhão.

A auto organização das mulheres e a conscientização crítica da sua realidade estão muito longe de serem puramente teóricas – são tangíveis, materiais, concretas e históricas, e podem transformar suas existências. Nesse sentido é que não vemos a possibilidade de separar o mundo material e subjetivo das mulheres, assim como o trabalho e a educação.

3. (Re)produção social: materialidade-subjetividade da educação e do trabalho das mulheres

A reprodução social ou societal pode ser denominada como (re)produção da força de trabalho, possibilitada, sobretudo, pelo trabalho reprodutivo e doméstico (Federici, 2017; 2019). Conforme Arruzza (2015, p. 55), “o termo reprodução social, na tradição marxista, normalmente indica o processo de reprodução de uma sociedade em sua totalidade”. Contudo, para a tradição marxista feminista, ela é algo mais preciso:

> a manutenção e reprodução da vida, em nível diário e geracional. Neste contexto, reprodução social designa a forma na qual o trabalho físico, emocional e mental necessário para a produção da população é socialmente organizado: por exemplo, preparo da comida, educação dos jovens, cuidado dos idosos e doentes, assim como as questões domésticas e todo caminho até as questões de sexualidade (Arruzza, 2015, p. 55).

Dessa forma, não é possível compreender a reprodução social sem considerar a categoria trabalho. Para Bensäid (2000, p. 85-86), como um conversor de energia, o trabalho possibilita a transformação de “[...] energias naturais em energias socializadas, possibilitando, assim, a auto reprodução do indivíduo e da espécie por meio do desenvolvimento e da diferenciação das necessidades”. Ainda, o trabalho como ação

humana procede da materialidade da vida, em que, “para existir, […] produzir sua própria vida […] os homens (sic) têm de adaptar a natureza a si. Agindo sobre ela e transformando-a, os homens ajustam a natureza às suas necessidades” (Saviani, 2007, p. 154). Este é um sentido antropológico do trabalho, entendido tanto como uma mediação entre os seres humanos e a natureza, quanto um meio de socialização entre os sujeitos (Bensäid, 2000).

Há, todavia, outros paradigmas que concebem o trabalho. Um dos seus sentidos historicamente determinado é o do trabalho assalariado, assumido como a única forma legítima de produção de valor no sistema capitalista. Pelas lentes deste paradigma, o trabalho reprodutivo e doméstico[8] é considerado como um “não-trabalho” (Bensäid, 2000). Todavia, para a Teoria da Reprodução Social (TRS),

> [...] o trabalho humano está no centro da criação ou reprodução da sociedade como um todo. [...] O capitalismo, no entanto, reconhece o trabalho produtivo para o mercado como a única forma legítima de ‘trabalho’, ao passo que a enorme quantidade de trabalho familiar e comunitário que continua a sustentar e a reproduzir o trabalhador (sic) ou, mais especificamente, sua força de trabalho, é naturalizada como inexistente (Bhattacharya, 2023, p. 18).

Além do trabalho, faz-se necessária a abordagem da categoria de gênero para se compreender a reprodução social em sua totalidade, pois, quem realiza este trabalho constante e invisibilizado são as mulheres em suas complexas formas de existência. Historicamente, são elas as responsabilizadas por esse trabalho. Neste sentido, ressalta-se que a reprodução da força de trabalho realizada no âmbito doméstico, na transição do feudalismo ao capitalismo, foi tornada invisível, além de mistificada como uma vocação natural de um “trabalho de mulher” (Federici, 2017).

Ainda, houve uma transformação radical do sentido biológico e geracional da reprodução de novos seres produtores quando “a família passou a não mais representar a unidade de produção com um papel produtivo específico” (Arruzza, 2015, p. 45). Desse

8 Entende-se que todo trabalho doméstico, relacionado à mantença da vida, é reprodutivo, todavia, nem todo trabalho reprodutivo ocorre necessariamente no espaço doméstico. Pela perspectiva da reprodução da força de trabalho, os espaços culturais e de lazer, por exemplo, possibilitam este ‘refazer’ do sujeito.

modo, através da separação entre o lugar de produção e o círculo coletivo familiar, ocorreu a "[…] exclusão das mulheres da esfera do trabalho socialmente reconhecido e das relações monetárias" (Federici, 2017, p. 187) – o trabalho e a sua existência foram limitados à esfera privada.

Dessa forma, o trabalho que possibilita a reprodução social dos sujeitos, sejam eles "ainda-não produtores", produtores ou "não-mais produtores", é condicionado por sua característica majoritariamente não remunerada, constituindo-se, assim, numa fonte combinada entre exploração-opressão-dominação para os sujeitos que o realizam – neste caso, as mulheres. Todavia, o trabalho reprodutivo e doméstico é imprescindível para o sistema de produção de mercadorias e serviços no mundo capitalista, visto que possibilita a existência plena dos seres produtores – alienando, antes mesmo, as mulheres. Educação, alimentação, higiene e descanso são alguns exemplos das vias da reprodução social, logo, "[...] o que diferencia a reprodução de seres humanos da produção de mercadorias é o caráter holístico de várias das tarefas envolvidas", visto ser um trabalho feito por, com e para humanos (Federici, 2019, p. 271).

De acordo com Freire, "a verdadeira reflexão crítica origina-se e dialetiza-se na interioridade da 'práxis' constitutiva do mundo humano", pois objetividade e subjetividade se opõem, mas não se separam: implicam-se dialeticamente (Freire, 1987, p. 8). A materialidade da vida atua na formação da subjetividade dos sujeitos (Arruzza, 2015), uma vez que há unidade entre o trabalho e a educação: a permanente transformação pela ação humana (Freire, 1980). Portanto, compreensão da reprodução social na perspectiva da tradição marxista feminista é parte da luta pela emancipação das mulheres. Assim, ambas as dimensões – material e subjetiva – são condicionantes e não determinantes na vida das mulheres.

4. (Re)produção social e (Auto)emancipação: relações dialéticas, contraditórias e condicionantes

Para compreender as relações dialéticas[9] e contraditórias[10] da reprodução social e da emancipação das mulheres, faz-se pertinente a identificação de seus condicionantes; e, por condicionante, entende-se uma ou mais condições que são inerentes ao fenômeno ou contexto em questão. Com base no pensamento freiriano, apesar de sermos sujeitos condicionados, não somos acabados; ou seja, o condicionamento histórico é, em si, uma abertura para o movimento ou a emancipação. Dessa maneira, pode-se assumir o "não" como "ainda-não". Nas palavras de Freire (1987, p. 20),

> a realidade social, objetiva, que não existe por acaso, mas como produto da ação dos homens (sic), também não se transforma por acaso. Se os homens são os produtores desta realidade e se esta, na "invasão da práxis", se volta sobre eles e os condiciona, transformar a realidade opressora é tarefa histórica, é tarefa dos homens.

Com isto em perspectiva, pode-se considerar como um dos principais condicionantes da problemática apresentada no presente ensaio, a separação entre trabalho produtivo e reprodutivo. Esta cisão acompanha a diferenciação entre trabalho produtivo[11] e "improdutivo", atividade remunerada e não-remunerada, e esfera pública e privada, respectivamente. Esta separação é explicada por Silvia Federici (2017) com o surgimento das relações capitalistas e monetárias para classificar o trabalho realizado no conjunto societal. De acordo com a autora, o desaparecimento da economia de subsistência significou a desagregação da unidade entre produção e reprodução. Assim,

9 Na unidade de contrários, há um "encadeamento de relações, de modificações e de movimento contínuo" (Gadotti, 2003, p. 23).
10 Na unidade de um fenômeno, há luta de contrários (Gadotti, 2003).
11 Em geral, é considerado produtivo o trabalho que cria bens materiais, sejam de valor de uso ou de troca. É fator decisivo o seu conteúdo e resultado. Especificamente para o capital, é assumido como trabalho produtivo aquele que produz mais-valia, ou seja, que se converte diretamente em capital, indiferente seja a forma da mercadoria produzida (Tumolo, 1996).

> No novo regime monetário, somente a produção-para-o-mercado estava definida como atividade criadora de valor, enquanto a reprodução do trabalhador começou a ser considerada como algo sem valor do ponto de vista econômico e, inclusive, deixou de ser considerada um trabalho. (Federici, 2017, p. 145).

Ou seja, a abolição da produção-para-o-uso coincidiu com outras relações sociais e sexualmente diferenciadas em torno do trabalho. No entanto, apesar do esforço do sistema capitalista em manter a separação entre produção e reprodução, os estudos marxista feministas assumem a produção e a reprodução como uma teoria unitária (Vogel, 2023). Em outras palavras, assume-se "[...] a relação entre o trabalho que produz mercadorias e o que produz pessoas como parte da totalidade sistêmica do capitalismo" (Bhattacharya, 2023, p. 19). De acordo com Cinzia Arruzza,

> Se levarmos em conta as relações que existem em cada sociedade capitalista entre reprodução social, a produção da sociedade como um todo, e as relações de produção, podemos dizer que estas relações de dominação e poder não são estruturas ou níveis separados: eles não se interseccionam de maneira externa e não mantem uma relação meramente contingente com as relações de produção. (Arruzza, 2015, p. 56).

A Teoria da Reprodução Social contribui para uma crítica elementar a Karl Marx e sua concepção de trabalho, a qual se limitava à produção de mercadorias. Ele não ignorava que a força de trabalho precisa ser produzida, porém "[...] aceitou os critérios capitalistas[12] sobre o que constitui o trabalho, e […] acreditava que o trabalho industrial assalariado era o estágio no qual se desenvolveria a batalha para a emancipação humana" (Federici, 2019, p. 201). No entanto, identificado este condicionante, o mesmo é compreendido enquanto vigente em um tempo histórico passado, e superado pela tradição marxista feminista.

12 A importância da leitura crítica do movimento feminista quanto ao marxismo está contida nesta síntese de Federici (2019, p. 269-270): "As feministas rejeitaram a centralidade que o marxismo historicamente conferiu ao trabalho industrial assalariado e à produção de mercadorias como lugares cruciais para a transformação social, e criticaram a falta de atenção à reprodução dos seres humanos e da força de trabalho. A lição do movimento feminista é que não apenas a reprodução é o pilar do 'tecido social', mas que mudar as condições sob as quais nos reproduzimos é parte essencial da nossa capacidade de criar 'movimentos que se autoreproduzem'. Pois ignorar que o 'pessoal' é 'político' enfraquece a força da nossa luta".

Quanto às relações de produção – e reprodução –, também torna-se fundamental identificar o condicionante que implica em mais efeitos materiais para os sujeitos da relação reprodução social-emancipação: a divisão do trabalho. Esta corresponde à cisão entre produção e reprodução numa perspectiva de gênero. Ou seja, o trabalho produtivo, remunerado e realizado no âmbito público é destinado aos homens, enquanto o trabalho considerado improdutivo, não-remunerado e doméstico, é tarefa das mulheres. Por isso, para além de uma divisão social do trabalho, precisa-se compreender uma divisão sexual do trabalho.

Dessa maneira, não somente as tarefas são diferenciadas com base no gênero, ditando o que homens e mulheres poderiam – ou deveriam – fazer/produzir, mas a divisão sexual do trabalho também limita "suas experiências, suas vidas, sua relação com o capital e com outros setores da classe trabalhadora" (Federici, 2017, p. 232). Nestes termos,

> a divisão sexual do trabalho que emergiu [...] não apenas sujeitou as mulheres ao trabalho reprodutivo, mas também aumentou sua dependência, permitindo que o Estado e os empregadores usassem o salário masculino como instrumento para comandar o trabalho das mulheres. Dessa forma, a separação efetuada entre a produção de mercadorias e a reprodução da força de trabalho também tornou possível o desenvolvimento de um uso especificamente capitalista do salário e dos mercados como meios para a acumulação de trabalho não remunerado (Federici, 2017, p. 145-146).

Nesse sentido, os condicionantes à emancipação, pela reprodução social, são mais evidentes para as mulheres, os principais sujeitos deste trabalho, as quais o realizam às próprias custas. Ademais, o sistema capitalista para produção de mais-valia colonizou ideologicamente as mentes, através da divisão sexual do trabalho, para que a acumulação de capital continue se alimentando da não-remuneração da reprodução societal. Porque o trabalho reprodutivo é considerado 'não-trabalho', justifica-se a falta de sua remuneração ou a precarização de postos de trabalho e a sua desvalorização – em outras palavras, a exploração dos sujeitos que o realizam. Dessa forma, a reprodução da

força de trabalho não-remunerada garante o bônus – o lucro, a mais-valia – do sistema capitalista.

Isto se complexifica perante a "[...] insistência neoliberal de que a reprodução é uma responsabilidade pessoal dos trabalhadores" (Federici, 2019, p. 257). Entretanto, numa perspectiva crítica de classe, esta é uma responsabilidade econômico-social do Estado, que deveria prover, para além do assistencialismo, condições não-exploratórias para a realização cotidiana do trabalho reprodutivo e doméstico – exemplo disso, seria a disponibilização de creches, lavanderias e restaurantes públicos. Todavia, a demanda da remuneração ou recompensa pelo trabalho reprodutivo e doméstico não necessariamente deve corresponder a padrões capitalistas, visto a possibilidade da economia solidária autogestionada realizada pelas mulheres e viabilizada por experiências comuns.

Assim, pode-se compreender que os condicionantes da relação emancipação-reprodução social correspondem tanto a construções sociais quanto a condições materiais de mantença da vida, desde a concepção do que é trabalho à falta de remuneração ou seguridade social.

Portanto, a reprodução social ultrapassa as paredes do lar e engloba diversas práticas sociais e tipos de trabalho, ampliando as discussões para relações estruturais (Arruzza, 2015). Nesse sentido, emerge a necessidade de uma socialização do trabalho entre homens e mulheres, além de valorização e remuneração justa e equitativa entre ambos.

As relações que estabelecemos com as mulheres no âmbito de nossas pesquisas nos conduziram a essas reflexões que não podem ignorar outras condicionantes. Se vimos tratando de identificar as implicações da divisão social e sexual do trabalho no modo de produção capitalista, o trabalho reprodutivo não pode ser compreendido em sua totalidade, sem a divisão racial que a colonialidade do poder, do ser e do ser nos legou.

Assim, a problematização que apresentamos sobre as categorias de emancipação e de reprodução nos permite destacar: 1) toda experiência de emancipação é de auto emancipação, uma vez que as mulheres assumem a sua vocação de ser gente; 2) a realidade é tanto objetiva quanto subjetiva, ou seja, a transitividade da consciência

ingênua para crítica se faz na agência histórica das mulheres; e, 3) auto emancipação é a "feitura" da/na experiência compartilhada das mulheres, assim como a unidade entre a produção e reprodução da vida. Segue, portanto, o desafio histórico da superação do sistema-mundo vigente também pela unidade trabalho-educação.

Referências

ARRUZZA, Cinzia. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. **Outubro**, n. 23, jan./jun., p. 33-58, 2015.

BENSÄID, Daniel. Trabalho e Emancipação. In: LÖWY, Michael; BENSAID, Daniel. **Marxismo, modernidade e utopia.** São Paulo: Cortez, 2000, p. 88-100.

BHATTACHARYA, Tithi (Org.). **Teoria da reprodução social:** remapear a classe, recentralizar a opressão. São Paulo: Elefante, 2023.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa:** mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução:** Trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante, 2019.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade:** 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. **Conscientização:** teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. 3. ed. São Paulo: Moraes, 1980.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. 5.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 17.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GADOTTI, Moacir. A dialética: concepção e método. In: GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da educação.** Um estudo introdutório. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2003, p. 15-40.

GIMONET, Jean Claude. **Praticar e compreender a Pedagogia da Alternância dos CEFFAS**. Tradução de Thierry de Burghgrave. Petrópolis, RJ: Vozes, Paris: AIMFR Associação Internacional dos Movimentos Familiares Rurais, 2007.

GIMONET, Jean-Claude. **A alternância na formação "Método pedagógico ou novo sistema educativo?"** A experiência das Casas Familiares Rurais. Disponível em: http://www.ia.ufrrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2010-2/Educacao-MII /2SF/Alternancia.pdf. Acesso em: 10 mai.2025.

LÖWY, Michael. Por um marxismo crítico. In: LÖWY, Michael; BENSAID, Daniel. **Marxismo, modernidade e utopia.** São Paulo: Cortez, 2000, p. 58-67.

LÖWY, Michael. Marxismo e utopia. In: LÖWY, Michael; BENSAID, Daniel. **Marxismo, modernidade e utopia.** São Paulo: Cortez, 2000, p. 124-130.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34, p. 152-180, jan./abr., 2007.

TRIVIÑOS, Augusto Silva. A dialética materialista e a prática social. Porto Alegre, **Movimento**, v. 12, n. 2, p. 121-142, mai./ago., 2006.

TUMOLO, Paulo Sergio. Trabalho: categoria sociológica chave e/ou princípio educativo? – O trabalho como princípio educativo diante da crise da sociedade do trabalho. Florianópolis, **Perspectiva**, v. 14, n. 26, p. 39-70, jul./dez., 1996.

VOGEL, Lise. Prefácio. In: BHATTACHARYA, Tithi (Org.). **Teoria da reprodução social:** remapear a classe, recentralizar a opressão. São Paulo: Elefante, 2023, p. 13-16.